

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE CRIANÇAS SURDAS

BELO, Juliene Viegas Resende¹

Julieneviegas@edu.uniube.br

CUNHA, Valeska Guimarães Resende²

valeskaguirmarães@uniube.br

RESUMO

O artigo aborda a alfabetização e letramento de crianças surdas, destacando a necessidade de abordagens pedagógicas específicas para atender às particularidades linguísticas e culturais desse grupo. Em contraste com as metodologias tradicionais, centradas na fala oral, as crianças surdas utilizam a língua de sinais como principal meio de comunicação, exigindo adaptações significativas no processo educacional. A alfabetização, compreendida como a aquisição das habilidades básicas de leitura e escrita, requer estratégias visuais e táteis que estejam alinhadas com a percepção visual predominante nas crianças surdas. Além disso, o letramento, que transcende a decodificação de palavras e envolve uma compreensão mais profunda da linguagem em contextos sociais, deve ser promovido de maneira significativa, incorporando a língua de sinais como parte integrante do processo. No âmbito educacional, a inclusão efetiva de crianças surdas demanda políticas públicas abrangentes, contemplando recursos adequados, formação específica para professores em educação inclusiva, adaptação de materiais pedagógicos e promoção de ambientes escolares acolhedores. A conscientização sobre a importância da língua de sinais como meio legítimo de comunicação é considerada crucial, não apenas entre os educadores, mas em toda a sociedade. O reconhecimento e respeito à singularidade linguística e cultural das crianças surdas são fundamentais para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário. Uma abordagem eficaz não apenas capacita esses indivíduos, mas também contribui para uma sociedade mais justa, que valoriza a diversidade e promove a participação ativa de todos, independentemente das diferenças linguísticas e auditivas. Ao avançar nessas práticas, pode-se proporcionar uma educação que verdadeiramente atenda às necessidades das crianças surdas, capacitando-as para um pleno desenvolvimento e participação na sociedade.

Palavras Chaves: Alfabetização. Letramento. Libras. Inclusão.

LITERACY AND LITERACY OF DEAF CHILDREN

¹ Graduanda em Pedagogia, Uniube.

² Doutora em Educação e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia. Especialista em Educação a Distância pela Universidade Católica de Brasília; em Metodologia do Ensino e aprendizagem de Língua Estrangeira pela Faculdade São Luís e em Educação pela Faculdade Claretianas. Graduada em Tecnologia em Processamento de Dados e Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Uberaba. É professora na Universidade de Uberaba.

ABSTRACT

The article addresses the literacy and literacy of deaf children, highlighting the need for specific pedagogical approaches to meet the linguistic and cultural particularities of this group. In contrast to traditional methodologies, centered on oral speech, deaf children use sign language as their main means of communication, requiring significant adaptations in the educational process. Literacy, understood as the acquisition of basic reading and writing skills, requires visual and tactile strategies that are aligned with the predominant visual perception in deaf children. Furthermore, literacy, which transcends the decoding of words and involves a deeper understanding of language in social contexts, must be promoted in a meaningful way, incorporating sign language as an integral part of the process. In the educational sphere, the effective inclusion of deaf children demands comprehensive public policies, including adequate resources, specific training for teachers in inclusive education, adaptation of teaching materials and promotion of welcoming school environments. Awareness of the importance of sign language as a legitimate means of communication is considered crucial, not only among educators, but throughout society. Recognition and respect for the linguistic and cultural uniqueness of deaf children are fundamental to building a more inclusive and egalitarian educational environment. An effective approach not only empowers these individuals, but also contributes to a fairer society that values diversity and promotes the active participation of everyone, regardless of language and hearing differences. By advancing these practices, education can be provided that truly meets the needs of deaf children, enabling them to fully develop and participate in society.

Keywords: Literacy. Literacy. Pounds. Inclusion.

INTRODUÇÃO

A educação de crianças surdas tem sido um campo desafiador e dinâmico, demandando abordagens específicas para garantir um processo de aprendizado eficaz. A alfabetização e o letramento são fundamentais nesse contexto, proporcionando às crianças surdas as habilidades necessárias para se comunicarem, expressarem ideias e participarem plenamente da sociedade.

No âmbito da alfabetização, é imperativo explorar métodos e estratégias que atendam às necessidades únicas das crianças surdas. Segundo Vigotsky (2011) os desafios incluem a diversidade de experiências linguísticas, a variação no grau de perda auditiva e a importância de integrar métodos visuais e táteis.

O letramento, por sua vez, transcende a simples decodificação de letras e palavras, envolvendo a compreensão profunda do uso da linguagem em diferentes contextos. No caso das crianças surdas, o desenvolvimento do letramento requer uma abordagem inclusiva que reconheça e valorize a língua de sinais como meio legítimo de expressão. O letramento não se limita apenas

à decifração de textos, mas também abrange a capacidade de interpretar e produzir mensagens significativas (Gesueli, 2011,).

De acordo com Quadros et al (2018) a língua de sinais é uma ferramenta pedagógica essencial no processo educacional das crianças surdas. A utilização adequada dessa língua contribui não apenas para a aquisição da leitura e escrita, mas também para o desenvolvimento global da linguagem e comunicação.

Em síntese, este trabalho visa não apenas explorar os desafios enfrentados na alfabetização e letramento de crianças surdas, mas também destacar soluções inovadoras, experiências inspiradoras e perspectivas futuras para melhorar continuamente o processo educacional dessas crianças, capacitando-as a se tornarem membros ativos e autônomos da sociedade.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Strobel (2009) na sociedade antiga, exemplificada por Esparta e Atenas, a prática de eliminar ou abandonar crianças nascidas com deficiência era tolerada e até mesmo respaldada pelo Estado. Em Esparta, essa prática visava manter a qualidade dos guerreiros na classe social dominante, eliminando aqueles que não eram considerados capazes para o manejo de armas. Contudo, com a chegada da Era Cristã, a percepção das pessoas com deficiência evoluiu, passando a serem vistas como seres dotados de alma e filhos de Deus. Durante a Idade Média, influenciada pelas ideias cristãs, a sociedade começou a acolher e abrigar aqueles com deficiência.

No período do Iluminismo na Europa, estudos científicos sobre pessoas com deficiência ganharam destaque. Um caso notório é o de Vitor, uma criança francesa encontrada e criada por lobos. Apesar das tentativas educacionais para reintegrá-lo à sociedade, seu desenvolvimento intelectual foi limitado, mas o caso tornou-se um marco na abordagem educacional para pessoas com deficiência (Strobel, 2009).

De acordo com Mori e Sander (2015) no Brasil, as primeiras iniciativas significativas para atender pessoas com deficiência ocorreram durante o Segundo Império, sob Dom Pedro II. Em 1854, foi criado o Imperial Instituto dos Cegos, hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant. Em 1857, Dom Pedro II fundou o Instituto Nacional de Educação de Surdos, no Rio de Janeiro. Ambos

os institutos se tornaram referências em pesquisa e formação no trabalho com pessoas com deficiência.

Após a Guerra do Paraguai, surgiu o Asilo Inválidos da Pátria para atender soldados mutilados que necessitavam de repouso e tratamento adequado. No entanto, até meados do século XX, pouco foi feito pelo sistema federal brasileiro em relação às pessoas com deficiência. Organizações essenciais, como APAE, AACD e a Associação Pestalozzi, foram criadas por indivíduos diretamente envolvidos com a realidade das pessoas com deficiência física. Essas instituições desempenharam papéis cruciais no desenvolvimento do suporte necessário às pessoas com deficiência no Brasil (Mori; Sander, 2015).

Conforme Duarte (2013), o marco histórico na batalha pela educação inclusiva teve lugar em 1994, durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) na Espanha, culminando na Declaração de Salamanca. O princípio fundamental das escolas inclusivas preconiza que todos os alunos devem aprender juntos sempre que possível, independentemente das dificuldades e diferenças que possam apresentar.

Tais instituições têm o compromisso de reconhecer e atender às necessidades diversas dos alunos, ajustando-se aos variados estilos e ritmos de aprendizagem, visando assegurar um nível de educação para todos por meio de currículos adaptados e colaboração com as comunidades locais. Isso demanda a implementação de um conjunto de apoios e serviços dentro da escola. Dessa forma, é perceptível o progresso desde práticas como o infanticídio em Esparta até os esforços contemporâneos em busca da igualdade e direitos por meio da inclusão (Aranha, 2004).

De acordo com Ramos (2004) no contexto brasileiro, o primeiro instituto para surdos foi fundado em 1857, quando Dom Pedro II convidou Eduard Hernet Huet, um aluno de LePe, para integrar o recém-criado INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) no Rio de Janeiro. A metodologia do Congresso de Milão, estabelecida em 1911, também influenciou o Brasil, proibindo os surdos de usar a língua de sinais, inclusive dentro do INES.

Somente na década de 1960, o linguista William Stoke conseguiu comprovar que a língua de sinais possui uma gramática própria, inaugurando estudos científicos que trouxeram nova esperança de reconhecimento para os

surdos e sua língua. Contudo, apenas em 2002, a Lei de Libras (Lei nº 10.436 de 24/4/2002) foi promulgada, sendo posteriormente regulamentada em 2005 pelo Decreto nº 5.626, que explicou seu uso e função social (Quadros, 2018).

A inclusão é um avanço substancial para o panorama educacional, embora careça de políticas públicas ainda não devidamente consolidadas. Conforme Quadros et al. (2018) salienta, torna-se crucial documentar essa língua e fomentar ações políticas que assegurem a aquisição da língua de sinais de maneira precoce e integrada à sua comunidade linguística.

De acordo com Freitas (2021), aproximadamente 5% da população brasileira é surda, e parte utiliza a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como meio de comunicação. Esse contingente representa 10 milhões de indivíduos, dos quais 2,7 milhões não possuem audição, conforme dados do IBGE. No âmbito educacional, os surdos não estão representados de maneira proporcional.

Ainda segundo Freitas (2021) aproximadamente 7% dos surdos no Brasil têm ensino superior completo, 15% concluíram o ensino médio, 46% cursaram o ensino fundamental, e 32% não frequentaram a escola. Para a comunidade surda escolar, a inclusão assume uma relevância ainda maior, dada as peculiaridades da surdez e as barreiras comunicacionais encontradas no ambiente educacional.

As políticas públicas desempenham um papel crucial nesse contexto, sendo responsáveis por direcionar diretrizes e implementar ações que garantam o acesso e a qualidade da educação para os estudantes surdos. Estas políticas devem abordar diversos aspectos, incluindo a oferta de recursos como intérpretes de LIBRAS, tecnologias assistivas, materiais pedagógicos adaptados e a capacitação de professores em educação inclusiva. Além disso, é imperativo criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, onde a diversidade seja valorizada e a comunicação seja facilitada por meio da presença de profissionais capacitados e pela promoção da Língua de Sinais como meio de comunicação (Quadros et al., 2018).

Em muitos casos, as discussões clínicas sobre surdez predominam, em vez de enxergar o surdo como um usuário de linguagem, um ser humano como qualquer outro. Do ponto de vista clínico, o surdo é visto em relação ao público ouvinte, sendo a surdez compreendida como uma enfermidade que requer cura,

uma deficiência. Esse discurso clínico, por vezes referido como coloquialismo, persiste, mesmo que o oralismo seja negado nos programas de ensino. Sob a perspectiva antropológica, a surdez não é vista como uma anomalia ou doença, mas como uma forma única de expressão, possuindo uma linguagem natural. A comunidade surda é como qualquer outra, com suas particularidades e direitos, devendo ser reconhecida como capaz de tomar decisões e respeitada como seres humanos (Quadros et al., 2018).

Apesar disso, a comunidade surda escolar enfrenta desafios consideráveis. A falta de infraestrutura adequada nas escolas, a escassez de profissionais qualificados em Libras e a falta de conscientização sobre as necessidades dos estudantes surdos são apenas alguns exemplos das dificuldades encontradas. Isso resulta em exclusão e marginalização, prejudicando o acesso dos estudantes surdos à educação de qualidade (Aranha, 2004).

De acordo com os autores a inclusão da comunidade surda escolar vai além da adaptação do ambiente educacional e inclui o reconhecimento e valorização da identidade cultural surda. A Língua de Sinais desempenha um papel central na comunicação e expressão dos surdos, sendo vital para o desenvolvimento cognitivo e social desses estudantes.

Diante desse cenário, é necessária uma colaboração entre sociedade, instituições educacionais e poder público para superar desafios e garantir uma educação inclusiva para a comunidade surda escolar. Isso envolve a criação e implementação de políticas públicas eficazes, a formação de profissionais qualificados em Libras, a adaptação dos currículos e materiais pedagógicos, além da promoção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor.

A importância da alfabetização na vida acadêmica do aluno é indiscutível, exigindo uma abordagem que vá além da mecânica e da memorização. Vigotsky (2011), em uma de suas obras, destaca que, embora se ensine às crianças a desenharem letras e formar palavras, muitas vezes, não se ensina verdadeiramente a linguagem escrita.

A alfabetização, compreendida como a habilidade de leitura e escrita, envolve a aquisição de habilidades específicas, situadas no contexto e praticadas ao longo de um processo com início, meio e fim, formando a base para a aprendizagem contínua. Para as crianças surdas, a atenção dedicada à

alfabetização é fundamental, uma vez que muitas enfrentam carências nas metodologias de ensino convencionais (Soares, 2014).

A abordagem tradicional da alfabetização, que depende da fala oral e dos sons das letras, não se adapta totalmente às crianças surdas, que utilizam a língua de sinais como principal meio de comunicação. A individualidade da língua do aluno surdo requer metodologias específicas que possam ser aplicadas de maneira homogênea, considerando a diversidade linguística e cultural. A compreensão da língua escrita é mais significativa quando associada à língua de sinais, permitindo que a criança surda não apenas repita letras, mas compreenda o significado e o valor das palavras (Quadros et al, 2018).

O letramento, que vai além da simples decodificação de palavras, destaca-se como uma prática social. Para as crianças surdas, apresentar textos variados em língua portuguesa como segunda língua é essencial. A escola deve proporcionar experiências literárias diversificadas, respeitando as limitações e necessidades específicas desses alunos (Soares, 2002).

Para a crianças surda apresentar a leitura de um livro, poema e texto é necessário, trabalhar a língua portuguesa como segunda língua, na metodologia de ensino do letramento é necessário professor sempre estar atento às dificuldades e formas diferentes de se trabalhar, respeitando as limitações e dificuldades da criança surda, pois existe diferentes formas e metodologia de ensino de escrita própria para criança ouvinte e escrita própria para crianças surdas (Lodi; Lacerda, 2009).

O letramento, como prática social, não se limita à mecânica da leitura e da escrita, mas visa dominar a linguagem em diferentes contextos, apropriar-se das práticas sociais e compreender a realidade por meio da leitura do mundo De acordo com Soares (2002): *“Letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”*.

Segundo Lodi e Lacerda (2009) quando se trata do ensino de português como segunda língua para crianças surdas, a língua de sinais deve ser reconhecida e efetivamente ensinada como primeira língua. A aquisição da segunda língua envolve um processo reflexivo sobre a própria língua de sinais, proporcionando uma base sólida para o ensino posterior da língua portuguesa. O entendimento desse processo não é simplesmente transferir conhecimento da

primeira língua para a segunda, mas sim um diálogo entre as línguas, cada uma desempenhando seu papel social e cultural.

A comunidade surda tem a língua ponto de vista semiótica que considera a partir das perspectivas a língua de sinais como se representam muito mais do que um conduto linguístico, tendo profunda formas de significar o mundo em meio das experiências visuais e comportamentais. LIBRAS não é um recurso que ajudará o desenvolvimento da alfabetização e letramento da criança surda, é uma língua de aprendizagem, tendo como leis a educação de surdos fundamentada legalmente, conforme o Decreto nº 5.626/05 (Brasil, 2005, Art. 22):

as instituições federais de ensino responsáveis pela Educação Básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns regulares de ensino abertas a alunos surdos e ouvintes para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Educação Profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

Alfabetização e letramento não são processos independentes, mas interdependentes e indissociáveis, onde a alfabetização desenvolve em contexto de práticas sociais de leitura e escrita por meio de ações de letramento que se desenvolve no contexto por meio da aprendizagem de interações vinculadas a alfabetização. Demandam estratégias pedagógicas que considerem suas particularidades linguísticas e culturais, promovendo uma educação inclusiva e efetiva.

CONCLUSÃO

A alfabetização e letramento de crianças surdas demandam abordagens pedagógicas específicas e uma compreensão profunda das particularidades linguísticas e culturais desse grupo. É imperativo reconhecer que as metodologias convencionais, centradas na fala oral e nos sons das letras, muitas

vezes não atendem plenamente às necessidades das crianças surdas, que utilizam a língua de sinais como principal meio de comunicação.

A busca por inclusão e igualdade para essas crianças requer o desenvolvimento de práticas educacionais que considerem a individualidade da língua do aluno surdo, promovendo métodos que integrem a língua de sinais de maneira efetiva. A alfabetização, entendida como a aquisição das habilidades básicas de leitura e escrita, deve ser adaptada para incluir estratégias visuais e táteis que correspondam à forma como as crianças surdas percebem o mundo ao seu redor.

Além disso, o letramento, que vai além da decodificação de palavras e envolve a compreensão profunda da linguagem em contextos sociais, deve ser explorado de maneira significativa. A promoção de práticas de leitura e escrita que considerem a língua de sinais como parte integrante do processo é crucial para o desenvolvimento cognitivo e social dessas crianças.

No cenário educacional, é vital que políticas públicas direcionadas à inclusão de crianças surdas abranjam diversos aspectos, como a disponibilização de recursos adequados, formação de professores em educação inclusiva, adaptação de materiais pedagógicos e promoção de ambientes escolares acolhedores. A consciência sobre a importância da língua de sinais como meio legítimo de comunicação e expressão para as crianças surdas deve ser disseminada não apenas entre educadores, mas em toda a sociedade.

Em última análise, ao reconhecer e respeitar a singularidade linguística e cultural das crianças surdas, a sociedade pode avançar na construção de um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário. A alfabetização e letramento eficazes para crianças surdas não apenas capacitam esses indivíduos, mas também contribuem para a formação de uma sociedade mais justa, que valoriza a diversidade e promove a participação ativa de todos, independentemente das diferenças linguísticas e auditivas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F.. **Educação Inclusiva: A fundamentação filosófica.** v.1. Brasília; Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial. 2004.

DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. **Aspectos históricos e socioculturais da população surda**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1713-1734.

FREITAS, Karina. **Dia Internacional da Linguagem de Sinais procura promover a inclusão de pessoas surdas**. Alesp, 2021. Disponível em: <[https://www.al.sp.gov.br/noticia/?23/09/2021/dia-internacional-da-linguagem-de-sinais-procura-promover-a-inclusao-de-pessoas-surdas->](https://www.al.sp.gov.br/noticia/?23/09/2021/dia-internacional-da-linguagem-de-sinais-procura-promover-a-inclusao-de-pessoas-surdas-). Acesso em 25 nov. 2023.

GESUELI, Zilda Maria. **Leitura e escrita - no contexto da diversidade**. 2011.

LODI, Ana Claudia B. e LACERDA, Cristina B. F. (Orgs.). **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

MORI, N. N. R.; SANDER, R. E. **História da Educação dos surdos no Brasil**. IN: Seminário de pesquisa do PPE. Maringá: 2015. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120

QUADROS, R. M. de. et al. 2018. **Língua Brasileira de Sinais: patrimônio linguístico brasileiro**. Florianópolis: Editora Garapuvu.

RAMOS, Clélia Regina. In: **Histórico da FENEIS até o ano de 1988**. Editora Arara Azul, 2004.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: **Revista Brasileira de Educação**. nº n. 25, Rio de Janeiro, jan./abr. 2014.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/0/aprendizagem-ludica-240352-1.asp>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. UFSC, Florianópolis, 2009

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal**. Educ. Pesq. vol.37 n.º4. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517%207022011000400012&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 nov. 2023.